

**Impresso
Especial**

9912175140/2007-DR/PR
IPARDES

....CORREIOS.....



**GOVERNO DO
PARANÁ**

SECRETARIA DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO GERAL

ISSN 0102-0374

Análise Conjuntural

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.31, n.3-4, março/abril 2009

sumário

- 3 OS TRAÇOS RECESSIVOS NO BRASIL
Gilmar Mendes Lourenço
- 8 O EMPREGO INDUSTRIAL NO PARANÁ E OS EFEITOS DA RETRAÇÃO DA
DEMANDA EXTERNA
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 11 A CRISE INTERNACIONAL E O AGRONEGÓCIO
Gilmar Mendes Lourenço
- 14 PARANÁ – DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 17 ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 1 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347

Internet: <http://www.ipardes.gov.br> E-mail: ipardes@ipardes.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

ÊNIO JOSÉ VERRI - Secretário

IPARDES

CARLOS MANUEL DOS SANTOS

Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH

Diretor Administrativo-Financeiro

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

Diretora do Centro de Pesquisa

DEBORAH RIBEIRO CARVALHO

Diretora do Centro Estadual de Estatística

THAÍS KORNIN

Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento

ANÁLISE CONJUNTURAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*editor*)

Equipe

GILMAR MENDES LOURENÇO (*Economista*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA (*edição eletrônica*)

CRISTIANE BACHMANN (*revisão*)

LUIZA PILATI LOURENÇO (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

É inegável que a contração da economia norte-americana contaminou as exportações das nações do Sudeste Asiático capitaneadas por China e Japão, as quais, por seu turno, diminuíram as compras de matérias-primas, alimentos e insumos energéticos procedentes dos países latino-americanos, da África e do Oriente Médio.

Ao contrário dos argumentos dos defensores da tese do descolamento, a substancial retração dos níveis de atividade nos Estados Unidos (EUA) breiou o eixo de expansão atrelado ao exterior da maioria das economias emergentes do planeta, o que não foi contrabalançado pela elevação da absorção interna (consumo, investimento e dispêndios públicos).

O Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA retrocedeu 6,1% no primeiro trimestre de 2009, depois de regredir 0,5% e 6,3% no terceiro e no quarto trimestres de 2008, respectivamente. Foram os piores desempenhos desde 1982, ápice dos efeitos negativos do choque de petróleo e de juros que assolou a economia mundial no final de 1979, e a primeira queda por três trimestres seguidos desde 1975. A produção industrial encolheu 20,0% no primeiro trimestre de 2009, sendo a pior performance desde o final de 2007.

A taxa de desemprego dos EUA atingiu 8,5% da População Economicamente Ativa (PEA) em março de 2009, a maior desde novembro de 1983, perfazendo 13,2 milhões de pessoas sem trabalho, ou a perda de quase 5,3 milhões de vagas a partir de dezembro de 2007. O índice de preços ao consumidor experimentou deflação de 0,4% nos 12 meses encerrados em março de 2009, a primeira desde 1955.

Já o PIB chinês aumentou 6,1% no primeiro trimestre de 2009, o menor avanço desde 1992; e a produção industrial dos 16 países componentes da Zona do Euro diminuiu quase 20,0% nos últimos 12 meses até março de 2009.

O PIB do Reino Unido encolheu 1,9% no primeiro trimestre de 2009, depois de cair 0,6% e 1,5% no terceiro e no quarto trimestres de 2008, segundo o Escritório Nacional de Estatística (ONS, sigla em inglês).

Foi a maior queda desde 1979 e a primeira por dois trimestres consecutivos desde 1948. O desemprego no país atingiu 2,7 milhões de pessoas em fevereiro de 2009, o mais elevado desde fevereiro de 1997, tendo crescido 9,0% entre dezembro de 2008 e fevereiro de 2009, o que significa o maior acréscimo trimestral desde 1991.

Enquanto isso, a balança comercial japonesa acusou déficit de US\$ 7,4 bilhões no período de um ano concluído em março de 2009, o primeiro em 28 anos; e a montadora de automóveis alemã, Volkswagen, e a British Petroleum (BP) observaram queda de lucro de 74,0% e 60,0%, respectivamente, no primeiro trimestre de 2009, em relação a igual período de 2008.

Não por pessimismo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê redução de 1,3% do PIB mundial em 2009 – a primeira em 60 anos –, puxada por Japão (-6,2%), Rússia (-6,0%), Alemanha (-5,6%), Zona do Euro (-4,2%), Reino Unido (-4,1%) e EUA (-2,8%), sendo este país ainda a principal fonte de demanda e de reciclagem da riqueza financeira do planeta, devendo seu déficit fiscal superar 13,0% do PIB ao final de 2009 (tabela 1).

Frise-se que desde o surgimento do quadro agudo de instabilidade, bancos centrais, investidores internacionais e companhias multinacionais alocaram quase US\$ 1,2 trilhão em papéis do Tesouro, títulos de agências e compras de empresas norte-americanas depreciadas. Enquanto isso, projeções do Fundo revelam decréscimo de 65,0% dos capitais privados destinados aos emergentes em 2009, com pronunciado risco de deterioração das contas externas dos países do Leste Europeu, da Ásia, da América Latina e da África.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE - Centro Universitário.

TABELA 1- TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - MUNDO E PAÍSES SELECIONADOS - 2006-2009

UNIDADE GEOGRÁFICA	TAXA DE CRESCIMENTO (%)			
	2006	2007	2008	2009
Mundo	5,1	5,2	3,2	-1,3
Avançados	3,0	2,7	0,9	-3,8
EUA	2,8	2,0	1,1	-2,8
Zona do Euro	2,8	2,7	0,9	-4,2
Reino Unido	2,8	3,0	0,7	-4,1
Alemanha	3,0	2,5	1,3	-5,6
França	2,2	2,1	0,7	-3,0
Japão	2,4	2,4	-0,6	-6,2
Emergentes	7,9	8,3	6,1	1,6
China	11,6	13,0	9,0	6,5
Rússia	7,4	8,1	5,6	-6,0
Índia	9,8	9,3	7,3	4,5
Brasil	4,0	5,7	5,1	-1,3

FONTE: FMI

Em março de 2009, o governo dos EUA optou pela emissão de mais de US\$ 1,0 trilhão para a aquisição de títulos do Tesouro de longo prazo (US\$ 300,0 bilhões) e de papéis de passivos imobiliários (US\$ 750,0 bilhões, podendo passar de US\$ 1,0 trilhão), no afã de promover a retirada dos ativos tóxicos das carteiras dos bancos, destravar os fluxos de crédito e inverter a rota cadente dos preços dos imóveis.

Na prática, os papéis tóxicos seriam leiloados, e os valores de mercado, cobertos pelo investidor (7,0%), pelo Departamento do Tesouro dos EUA (7,0%) e pela Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) – agência federal supervisora do sistema e seguradora dos depósitos, mediante a concessão de empréstimos subsidiados.

Considerando-se que as ações não interferem nos deteriorados pilares da gestão financeira, expressos na ausência de rigor na regulação e de critério para análise de crédito, persistem dúvidas quanto à sua eficácia na retomada da corrente de crédito e a certeza da fixação de objetivos de troca de depressão por inflação.

As medidas anunciadas na reunião do G-20, no começo de abril de 2009, estiveram centradas na disponibilização de pacote de US\$ 1,0 trilhão para auxílio aos países mais afetados pela crise e para financiamento do comércio internacional (perfazendo US\$ 5,0 trilhões de apoio financeiro desde o nascimento da instabilidade global) e na triplicação do capital do FMI (de US\$ 250,0 bilhões para US\$ 750,0 bilhões), sendo omissas com respeito aos ativos tóxicos e vagas acerca do retorno da regulamentação.

Enquanto isso, a General Growth Properties, companhia do segmento imobiliário dos EUA, segunda maior proprietária de *shoppings* do país, anunciou a maior concordata setorial, dada a incapacidade de refinanciamento de passivos de quase US\$ 30,0 bilhões.

Rigorosamente, ao ingressar em um período de acentuada retração, que aliás se delineava desde agosto de 2007, quando o planeta finalmente conheceu o lado ruim do mercado hipotecário periférico dos EUA, chamado *subprime*, a economia mundial comprimiu a utilização de *commodities* e de produtos manufaturados, o que interferiu negativamente no desempenho das vendas externas brasileiras que, por sinal, já apresentavam sintomas de fadiga com a crescente sobreapreciação da moeda nacional, verificada desde o final de 2004.

Logo, o recuo de 3,6% no PIB brasileiro no quarto trimestre de 2008, quando confrontado com os três meses imediatamente anteriores, o maior registrado desde 1996, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atesta a instantânea penetração da crise internacional no País, em linha com a queda abrupta da produção industrial e contrariando o otimismo reinante nas hostes oficiais.

De fato, em um conjunto de 37 países emergentes e desenvolvidos, apenas quatro exibiram contração econômica maior que a brasileira no intervalo em pauta. Foram eles Coreia do Sul (-9,1%), Taiwan (-5,6%), Indonésia (-5,4%) e Estônia (-4,2%). Levantamento efetuado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) constatou que o Brasil foi o segundo país, entre avançados e em desenvolvimento, que mais perdeu velocidade de crescimento em dois anos, ficando à frente apenas da Coreia.¹

O declínio foi liderado pela Indústria (-7,6%), o maior desde os últimos três meses de 1996 (-7,9%), com efeitos multiplicadores negativos nos níveis de emprego e renda de

¹ BARROS, Guilherme. Brasil é o segundo mais atingido, diz FIESP. **Folha de S.Paulo**, 11 mar. 2009. Economia, p.B2.

diversas cadeias produtivas e, inclusive, nas receitas fiscais. A Agropecuária decresceu 0,5%, e os Serviços, 0,4% – este após 21 trimestres consecutivos de expansão.

Pela ótica da utilização final, os encolhimentos mais expressivos ocorreram nos investimentos (-9,8%, o maior da história) e nas importações (-8,2%, o primeiro desde o terceiro trimestre de 2005, quando desceu 0,5%). Isso reflete não apenas a redução da demanda (externa e doméstica), mas, sobretudo, as apostas de prosseguimento da marcha cadente dos lucros, por conta da deterioração das expectativas quando ao futuro da economia em curto e médio prazo, o que forçou o cancelamento e/ou o engavetamento, pelas empresas, dos projetos em modernização e/ou ampliação das plantas produtivas.

Mais precisamente, a reversão da curva de investimentos pode ser imputada decisivamente à exacerbação dos cenários negativos montados pelas empresas privadas, à desaceleração dos empreendimentos da Petrobras, particularmente aqueles vinculados ao cotejo entre pré-sal *versus* fundo do poço nas cotações do petróleo, à perda (transitória?) de viabilidade econômica da onda ambientalista do etanol e às permanentes barreiras orçamentárias impostas às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O consumo das famílias diminuiu 2,0%, representando a primeira performance desde o segundo trimestre de 2003, quando os gastos dos consumidores caíram 1,2%, em face da orientação macroeconômica recessiva do primeiro ano do Governo Lula, sob o argumento da necessidade de conquista da confiança dos agentes econômicos defendido pelo Ministro da Fazenda Antonio Palocci.

A queda dos gastos de consumo decorreu da conjugação entre o encarecimento e a diminuição do crédito e a redução da massa de salários

A queda atual dos dispêndios dos consumidores decorreu da conjugação entre o encarecimento e a compressão do fluxo de crédito e a redução da massa de salários, evidenciada pela proliferação de expedientes de concessão de férias coletivas, pela suspensão temporária de contratos de trabalho e demissões, por parte das organizações, e pelo fim da colheita de safras de reajustes dos vencimentos acima da inflação, por ocasião dos dissídios trabalhistas. Nesse quadro, o navegador solitário foi a despesa do governo, que ainda cresceu míseros 0,5%.

Mesmo sendo importada pela insuficiência de crédito externo e pela retração do comércio, a recessão também tem raízes fincadas na despencada da riqueza financeira (ações, fundos e derivativos) e alcançou a demanda agregada pela via dos salários (emprego e rendimentos reais) e dos investimentos, de maneira defasada, em razão do fôlego de renda proporcionado pelos benefícios acoplados ao pagamento das indenizações dos trabalhadores demitidos.

A contração mundial do crédito, do comércio e dos preços das matérias-primas interrompeu o encaixe atrasado do Brasil no maior ciclo de expansão da economia mundial dos últimos 40 anos e não pode ser compensada pelos efeitos da depreciação do real, acoplados ao próprio colapso, nem pela estratégia de devolução de liquidez (via compulsórios), praticada pelo Banco Central (BC) ou pelos estímulos localizados concedidos aos segmentos mais afetados, como agricultura e indústria automobilística.

Ao injetar mais de R\$ 200,0 bilhões no mercado pela diminuição dos depósitos compulsórios e de intervenções nas operações cambiais e negligenciar a necessidade de queda mais encorpada nos juros, a gestão econômica aparentemente ignorou o efeito multiplicador do crédito em ambiente de debilidade da veia de captação de recursos de terceiros via mercado de capitais.

Por enquanto, os indicadores preliminares, relativos ao primeiro trimestre de 2009, apontam o desenho de uma recessão técnica no Brasil, configurada no decréscimo do PIB por dois trimestres consecutivos, acompanhando a rota cadente dos fluxos de oferta e demanda da economia mundial.

A produção industrial caiu 17,2% no primeiro bimestre de 2009 em relação ao mesmo período de 2008, mesmo com a recuperação da fabricação de veículos, motivada pelas renúncias fiscais de IPI (vigentes até 31 de março e prorrogadas até o fim de junho de 2009, acrescidas da diminuição da Cofins para motos), o que equivale à maior queda desde abril de 1990, ápice da recessão provocada pelo confisco cambial do Governo Collor.

Só a produção de aço bruto recuou 42,4% no primeiro bimestre de 2009. Em 12 meses encerrados em fevereiro de 2009, a queda foi de 1,0%, o que representa o primeiro resultado negativo desde setembro de 2002 (-0,4%). O movimento dos portos e terminais brasileiros recuou 17,5% no primeiro trimestre de 2009, de acordo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), e a produção de minério de ferro da Vale decresceu 37,0% e 26,0% nos primeiros três meses de 2009, em relação, respectivamente, a igual período e ao quarto trimestre de 2008.

Levantamentos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostram redução de 10,9%, 7,8% e 0,9% no faturamento real, nas horas trabalhadas e no nível de emprego do setor manufatureiro brasileiro nos primeiros dois meses de 2009, em confronto com o mesmo período de 2008. Conforme o IBGE, o emprego industrial brasileiro estaria em queda livre desde outubro de 2008, tendo recuado 3,4% no primeiro bimestre de 2009.

A arrecadação do governo federal diminuiu 6,6% no primeiro trimestre de 2009, em comparação com o mesmo intervalo de 2008 – já descontada a inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) –, representando a pior performance em 13 anos. Já as despesas de custeio aumentaram 23,5% no mesmo período. O superávit primário caiu pelo quinto mês consecutivo em fevereiro de 2009, chegando a 3,4% do PIB em 12 meses, tendo a conta de juros representado 5,4% do PIB e o déficit nominal 2,0% do PIB.

Inclusive, o governo reduziu a meta de superávit de 3,8% do PIB para 2,5% do PIB para 2009 e 2010, liberou a Petrobras de participar desse esforço (0,5% do PIB) e cedeu à pressão dos prefeitos, por meio da promessa de manutenção do patamar de repasses financeiros do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), 23,5% da arrecadação de IR e IPI, com transferência adicional de R\$ 1,0 bilhão do Orçamento da União.

No que se refere ao mercado de trabalho, houve perda líquida de 57,8 mil empregos nos primeiros três meses de 2009, contra contratações líquidas de 554,4 mil no mesmo período de 2008, o pior resultado desde 1999. Entre novembro de 2008 e março de 2009, houve registro de demissões líquidas de 739,4 mil trabalhadores. A taxa de desemprego subiu de 8,2% da População Economicamente Ativa (PEA) em janeiro para 8,5% em fevereiro e 9,0% em março de 2009 (a maior desde setembro de 2007).

A demanda por crédito das empresas e famílias diminuiu mais de 7,0% e 4,0%, respectivamente, no primeiro trimestre de 2009

Segundo a Serasa Experian, a demanda por crédito das empresas e famílias diminuiu mais de 7,0% e 4,0%, respectivamente, nos primeiros três meses de 2009, e a inadimplência subiu 11,4% no mesmo período, puxada por cheques devolvidos (19,2%). Em março de 2009, os cheques devolvidos atingiram a marca de 24,6 por mil, representando recorde histórico.

De acordo com o BC, a inadimplência no pagamento de outros bens veículos chegou aos recordes de 14,0% e 5,0%, respectivamente, em março. A inadimplência está fortemente concentrada em bancos (43,4%) e cartões de crédito (37,1%), ficando os cheques sem fundos com 17,6%.

Em compensação, os juros aumentaram na ponta, em todas as modalidades de financiamento, e os prazos das prestações para pagamento de bens duráveis caíram de 36 meses no pré-crise para 12 meses no final de 2008, subindo para 24 meses no começo de 2009.

Não por acidente, a aprovação do Governo Lula pela população (medidas pelos conceitos "bom" e "ótimo") caiu de 70,0% em novembro de 2008 para 65,0% em março de 2009, contra 48,0% em março de 2007, conforme o Instituto Datafolha. Ainda assim, os

resultados configuram a segunda melhor avaliação da história, atrás apenas do auge da popularidade do Governo Sarney, no começo do Plano Cruzado. Conforme pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a confiança do consumidor brasileiro desceu aos 94,2 pontos em março de 2009 (escala de zero a 200,0 pontos), o pior sentimento desde setembro de 2005, ocasião do início dos levantamentos.

O mais grave é que a quebra de safra no Centro-Sul, provocada pela estiagem, em uma conjuntura de preços agrícolas menores; a baixa na utilização da capacidade instalada da indústria (68,0% em abril, conforme a CNI, o menor patamar em dez anos); o decréscimo na produção e na importação de máquinas e equipamentos; o declínio na utilização de insumos para a construção civil; a queda acentuada das consultas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), embrião da intenção de investimento; e os temores dos trabalhadores de perder o emprego adicionam combustível aos prognósticos menos animadores.

Nessa perspectiva, ao recusar uma alteração radical da política de juros, o governo brasileiro limita os resultados das providências de natureza monetária e fiscal que vem executando e impede a recuperação sadia da base produtiva do País, pela via da diminuição do custo do crédito e da restauração da capacidade competitiva das exportações, em um ambiente mundial recessivo e, por extensão, de multiplicação do protecionismo.

É fácil perceber o caráter imprescindível da redução do preço do dinheiro no Brasil. Além da intensificação da derrubada da taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), é crucial a formação de condições para a drástica redução do *spread*, decorrente da acentuação da concentração bancária no País – patrocinada pelo BC desde a crise do Plano Real em meados dos anos 1990, o que resultou na aglutinação de 80,0% dos ativos em seis conglomerados (Itaú, Banco do Brasil, Bradesco, Santander, Caixa Econômica Federal e HSBC).

Ressalte-se que com a diminuição de 12,75% ao ano (a.a.) para 11,25% a.a. em março e para 10,25% a.a. em abril e 2008, a SELIC desceu ao menor patamar desde o ano de 2006, ocasião da criação do Comitê de Política Monetária (COPOM) do BC.

Até porque os impactos da flexibilização monetária, da intensificação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do programa federal de R\$ 34,0 bilhões para a construção de 1,0 milhão de casas populares para famílias com renda de até 10 salários mínimos (SM), entre 2009 e 2011, o que deve diminuir em 14,0% o déficit habitacional do País, só devem aparecer a partir do final de 2009.

O plano habitacional, anunciado em março de 2009, definiu o comprometimento de até 20,0% e 10,0% dos rendimentos familiares com as prestações, para o total das famílias e para aquelas com renda de até 3,0 salários mínimos, respectivamente, sendo, para estas últimas, destinadas 400,0 mil unidades.

Em complemento, o governo promoveu drástica redução nas alíquotas do IPI para 30 itens básicos de materiais de construção e eletrodomésticos da linha branca. As quedas destacáveis na cesta da construção aconteceram para tintas e vernizes, chuveiros, pias e lavatórios de aço inoxidável, fechaduras, ferrolhos, cadeados e dobradiças (de 5,0% para 0,0%), cimento (de 4,0% para 0,0%), revestimentos não-refratários (de 10,0% para 2,0%) e disjuntores (de 15,0% para 10,0%).

Já o declínio do IPI para produtos de linha branca concentrou-se em máquinas de lavar (de 20,0% para 10,0%), geladeiras (de 15,0% para 5,0%), tanquinhos (de 10,0% para zero) e fogões (de 5,0% para zero). Para a intensificação da comercialização de tais produtos, o Banco do Brasil acertou com grandes varejistas do País o lançamento de linha de crédito direcionado a juros a partir de 1,99% ao mês, com prazo de até 60 meses.

Como compensação à perda de receita direta com automóveis, materiais de construção e mercadorias da linha branca, houve a elevação do IPI e da Cofins para cigarros. Mesmo assim, a renúncia fiscal estimada ultrapassaria R\$ 700,0 bilhões.

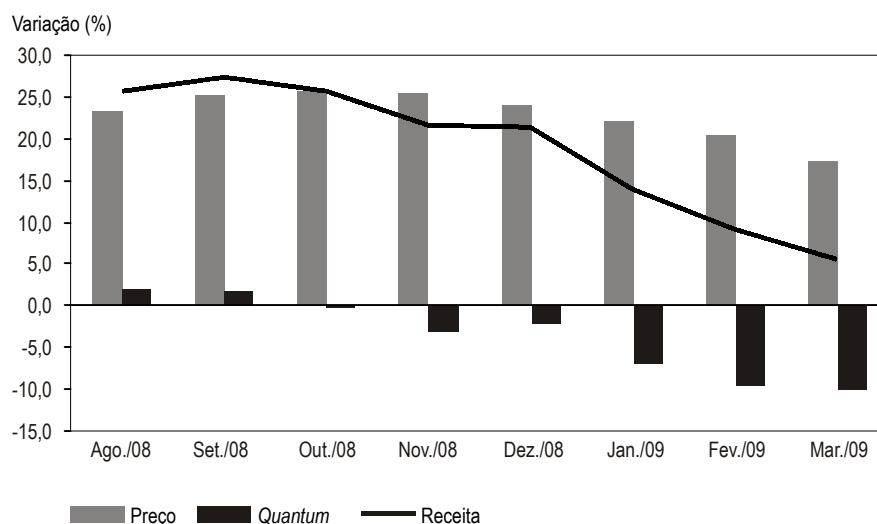
O EMPREGO INDUSTRIAL NO PARANÁ E OS EFEITOS DA RETRAÇÃO DA DEMANDA EXTERNA

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Não há dúvida de que o segmento exportador vem sendo fortemente afetado pela crise internacional. As vendas externas do Paraná, em tendência similar à das exportações brasileiras, apresentaram queda de -29,0% no primeiro trimestre do atual exercício, em comparação a idêntico período de 2008, com a contabilização de receitas da ordem de US\$ 2,2 bilhões. No caso específico da indústria de transformação, constata-se decréscimo ainda mais acentuado (-35,3%), devido principalmente à considerável diminuição das quantidades transacionadas pelos exportadores paranaenses, que, por sua vez, reflete a pronunciada retração da demanda externa.

No acumulado dos últimos 12 meses (de abril de 2008 a março de 2009), as receitas geradas pelos embarques de bens manufaturados anotaram aumento de 5,5%, o que pode ser imputado à elevação de 17,2% dos preços em dólares dos produtos exportados pela indústria de transformação do Estado (com significativa influência positiva do período pré-crise no resultado do intervalo em questão), uma vez que as quantidades comercializadas apresentaram recuo de -9,9%. A título de comparação, no período de 12 meses encerrado em agosto de 2008, antes da falência do banco Lehman Brothers, considerada marco da crise, as exportações industriais paranaenses avançavam a uma taxa de 25,7%, em função das variações de 23,2% dos preços e de 2,0% do *quantum* (gráfico 1), segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

GRÁFICO 1 - VARIAÇÃO DAS RECEITAS E DOS ÍNDICES DE PREÇO E *QUANTUM* DAS EXPORTAÇÕES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO ACUMULADO DE DOZE MESES - PARANÁ - AGO/2008 - MAR/2009



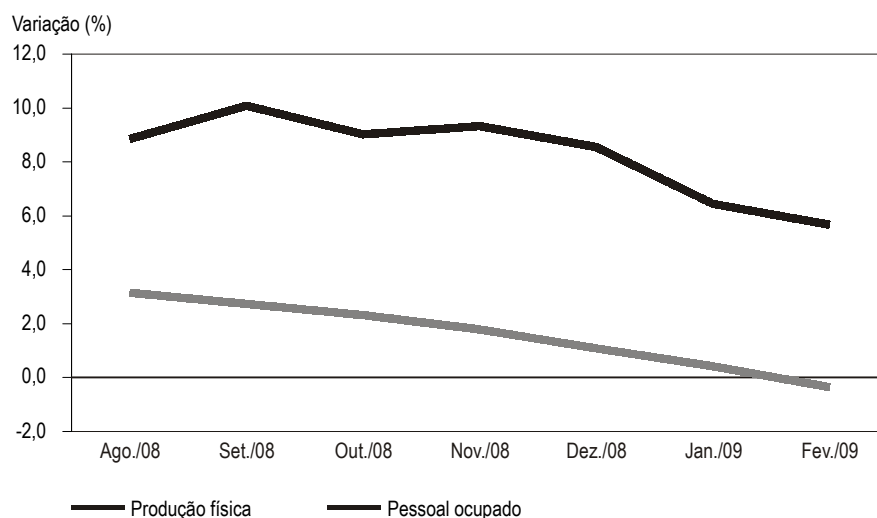
FONTE: IPARDES

Diante desse quadro, com expressivo declínio dos volumes destinados ao mercado externo, é certa uma mudança no ritmo da atividade industrial, afetando os níveis de emprego e renda. Nesse sentido, sem atribuir a piora dos indicadores conjunturais unicamente à retração das exportações, verifica-se redução do dinamismo da produção física da indústria estadual, atingindo taxa de crescimento de 5,7% no acumulado de 12 meses finalizado em fevereiro de 2009, abaixo, por exemplo, das variações registradas nos intervalos encerrados em agosto (8,9%) e dezembro (8,6%) do ano passado. No que se refere ao pessoal ocupado no setor manufatureiro, observa-se queda de -0,4% nos 12 meses terminados em fevereiro de 2009,

* Administrador, coordenador do Núcleo de Estudos Macroeconômicos e Conjunturais.

resultado inferior ao contabilizado no período concluído em agosto de 2008, quando houve expansão de 3,1% do emprego industrial no Paraná (gráfico 2), de acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA E DO PESSOAL OCUPADO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO ACUMULADO DE DOZE MESES - PARANÁ - AGO/2008 - FEV/2009



FORNTE: IBGE

Em uma avaliação pormenorizada em termos setoriais, nota-se que os maiores decréscimos do emprego estão sendo registrados, de forma geral, pelos segmentos industriais que vêm apresentando forte diminuição do *quantum* das vendas externas, como os ramos de material elétrico, madeira e papel, máquinas e equipamentos e veículos automotores (tabela 1). No primeiro trimestre de 2009, conforme estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a indústria de material elétrico anotou saldo negativo de 737 vagas, o que representou variação de -5,4% do estoque de ocupações formais do segmento, com influência significativa dos desligamentos empregatícios realizados por grandes fabricantes de equipamentos de distribuição e controle de energia elétrica.

TABELA 1 - COEFICIENTE DE EXPORTAÇÃO, QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES, SALDO DO EMPREGO FORMAL E VARIAÇÃO DO ESTOQUE DE EMPREGOS, SEGUNDO SEGMENTOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - PARANÁ - JAN-MAR 2009

SEGMENTO	COEF. DE EXPORTAÇÃO (%) ⁽¹⁾	VARIAÇÃO DO QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES (%)	EMPREGO FORMAL	
			Saldo (n.º de vagas)	Variação do Estoque de Empregos (%) ⁽²⁾
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	31,4	-16,7	5 033	3,1
Têxtil, vestuário e couro	17,1	-7,7	71	0,1
Madeira, celulose e papel	30,9	-33,6	-1 999	-3,4
Refino de petróleo, álcool e produtos químicos	6,1	-39,6	1 811	4,7
Metalurgia básica e produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos)	14,2	-14,3	- 801	-2,0
Máquinas e equipamentos	20,2	-45,6	- 862	-2,7
Equipamentos de escritório e informática, material eletrônico e aparelhos de comunicações	10,3	4,9	- 177	-1,7
Materiais elétricos	13,5	-44,6	- 737	-5,4
Veículos automotores, reboques, carrocerias e outros equipamentos de transporte	32,2	-50,5	- 640	-1,8

FONTES: IPARDES, MTE, IBGE, MDIC

(1) Coeficiente referente ao ano de 2006. Corresponde à razão entre o valor das exportações, convertido em reais pela taxa média anual do câmbio, e o valor bruto da produção industrial, levantado pela Pesquisa Industrial Anual do IBGE.

(2) Estoque de empregos formais calculado a partir dos dados da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) do ano de 2007, com atualização para o mês de março de 2009 pelos saldos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Passando ao exame dos complexos automotivo e madeireiro-papeleiro, são fatores explicativos da redução de empregos, juntamente com as proeminentes quedas das quantidades direcionadas ao exterior, os altos coeficientes setoriais de exportação, que tornam os referidos ramos mais vulneráveis à contração da demanda internacional. Portanto, não é por acaso que os estoques de empregos das indústrias de veículos automotores e madeira e papel declinaram -1,8% e -3,4%, respectivamente, nos três primeiros meses do presente exercício, com os desligamentos superando as admissões em 640 e 1.999 registros, o que contribui para justificar, particularmente no caso do segmento automobilístico, as recentes medidas federais de desoneração tributária, voltadas à manutenção do nível das vendas internas.

Finalmente, no ramo de máquinas e equipamentos, é inquestionável a relação entre a subtração de postos de trabalho e a diminuição de -45,6% do *quantum* exportado. Em complemento, há razoável influência da retração da renda gerada pela agropecuária na safra 2008/2009, dada a importância da atividade de fabricação de máquinas agrícolas na produção e no emprego do setor.

Já entre os segmentos que vêm exibindo resultados positivos, merecem destaque as indústrias alimentícia e de refino de petróleo e produção de álcool, responsáveis pela geração de, respectivamente, 5.033 e 1.811 vagas no mercado formal paranaense no acumulado de janeiro a março de 2009. Esses bons números derivam, em grande medida, da performance do complexo sucroalcooleiro, influenciada por um fator sazonal (início da safra da cana-de-açúcar) e pelo recorde na produção de matéria-prima (53,7 milhões de toneladas).

Enfatizando a importância da atividade, sem os novos postos de trabalho gerados pelas usinas, o ramo de petróleo, álcool e produtos químicos registraria saldo negativo no primeiro trimestre, contabilizando, no caso da indústria de alimentos, bebidas e fumo, resultado positivo 83,5% menor, em virtude da relevância da produção de açúcar na criação de empregos. Cabe ressaltar que o notável desempenho da atividade de fabricação de açúcar tem relação com o crescimento das exportações, sendo exceção no atual contexto de crise.

Os indicadores econômicos correntes e antecedentes sugerem a apreciável probabilidade de a instabilidade em curso na economia internacional vir a abortar o ciclo de recuperação da rentabilidade do agronegócio brasileiro, iniciado em 2007 e acoplado ao estágio de maior dinamismo do comércio internacional dos últimos 40 anos, depois das agruras experimentadas pelo setor entre 2004 e 2006.

Naquele intervalo, a perversa combinação entre intempéries climáticas, problemas fitossanitários e injunções da orientação macroeconômica brasileira provocou pronunciada inflexão no ambiente de negócios vinculado direta ou indiretamente às atividades rurais.

A crise de liquidez na agropecuária contribuiu, de forma relevante, para a compressão dos níveis de renda de uma abrangente e diversificada cadeia produtiva, atenuando movimentos de ampliação de fronteiras físicas de produção e interrompendo inversões em aumento da capacidade e/ou aprimoramento da eficiência produtiva.

Exceção à regra coube ao desempenho registrado por lavouras como as de cana-de-açúcar e laranja, beneficiadas por fatores pontuais, como a impulsão do consumo de álcool, ligada à utilização de veículos bimotores, à elevação das cotações do petróleo, à nova inclinação ambientalista norte-americana na gestão Bush e à quebra da safra de cítricos dos Estados Unidos (EUA).

É preciso reconhecer a influência de três anos de estiagem (2004, 2005 e 2006) no Centro-Sul do País interferindo substancialmente nos resultados de produção e produtividade das culturas de grãos do Paraná e Rio Grande do Sul, ocasionando perdas à montante (máquinas, implementos e insumos) e à jusante (beneficiamento e transformação industrial) dos encadeamentos. Houve também os efeitos do surgimento de casos de febre aftosa no Mato Grosso do Sul e no Paraná, forçando o embargo às carnes brasileiras por mais de 50 países.

Mas a inflexão do período 2004-2006 pode ser explicada fundamentalmente por componentes de mercado e de política econômica, fruto da conjugação entre a preservação do binômio formado por juros altos e câmbio baixo, em um ambiente de retração dos preços internacionais das *commodities* agrícolas – especialmente da soja, causada pela subida da safra dos EUA.

O retorno da estratégia de elevação de juros pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central (BC), entre setembro de 2004 e novembro de 2005, ocasionou a intensificação da entrada de capitais especulativos no País, o que, ao lado dos crescentes superávits comerciais, resultou em aumento da oferta de divisas estrangeiras e, por extensão, na sobrevalorização do real e na compressão da competitividade externa de segmentos concorrenciais como o agronegócio.

Sintomaticamente, delineou-se um quadro desfavorável a partir da depressão das margens operacionais das exportações, mediante a elevação das despesas financeiras e o recuo das receitas em reais com a transformação dos dólares obtidos por meio das vendas externas.

As providências governamentais voltadas à neutralização do colapso setorial revelaram-se insuficientes. De um lado, a rolagem dos passivos rurais, incluindo o refinanciamento por cinco anos – com dois de carência – das parcelas vencidas em 2005 e 2006 do Programa de Securitização, do Programa de Saneamento de Ativos (PES) e do RECOOP (cooperativas), além da ativação de algumas linhas de crédito para capital de giro, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), deixou de fora os inadimplentes (constantes na dívida ativa e no Cadin) e a esmagadora maioria dos fornecedores credores dos produtores. De outro lado, os leilões de Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP), realizados pela Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB) mostraram-se incapazes de mitigar os efeitos das oscilações de preços, antes do começo do plantio das safras.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE - Centro Universitário.

Nesse contexto, a recuperação do agronegócio, iniciada em fins de 2006, foi fortemente determinada por elementos de mercado, basicamente pela escalada dos preços internacionais dos grãos, imputada ao expressivo incremento do consumo de alimentos, liderado pela China.

Tal cenário passou a compensar, ainda que parcialmente, o quadro de apreciação do real, a restaurar os níveis de capitalização dos produtores, a incrementar as decisões de plantio e a procura por insumos e implementos, a incorporar novos estímulos de mercado, sintetizados nos biocombustíveis, especialmente com o avanço da cana-de-açúcar, e a resultar em pressões de custos e/ou inflacionárias domésticas.

A eclosão da crise inaugurou novo estágio de deterioração das relações de trocas do setor rural

Nessas condições, a eclosão da crise inaugurou novo estágio de deterioração das relações de trocas do setor rural. Como a instabilidade financeira internacional coincidiu com o momento das escolhas estratégicas dos agentes para a safra 2008/2009, a cesta de subsídios ao exercício de tomada de decisões foi constituída por redução da demanda e das cotações dos produtos e do crédito oferecido por empresas financeiras e não-financeiras (fornecedores de insumos e *tradings* de produtos), inclusive para adiantamentos de contratos de câmbio, com a intensificação das garantias e exigências de reciprocidades, em meio à conjuntura de elevados preços dos fertilizantes e, em consequência, das despesas de produção, e de pronunciada estiagem no Paraná e Rio Grande do Sul.

Só a título de ilustração, depois de subir 20,0% no primeiro semestre de 2008, o consumo de fertilizantes caiu mais de 60,0% no segundo, fechando o exercício com queda de 9,0%. Sem contar os prejuízos contabilizados por grandes empresas do segmento com operações de derivativos (papéis financeiros vinculados ao dólar), como a Sadia (R\$ 2,5 bilhões em 2008).

Na mesma linha, o descompasso estrutural entre demanda e oferta de matéria-prima, a escassez de crédito e a retração dos mercados e dos preços provocaram um colapso na cadeia produtiva das carnes, especialmente de gado. Essencialmente, a insuficiência de investimentos em aumento do plantel *vis-à-vis* o surto exportador acontecido entre 2003 e 2007 (rebanho de 40 milhões de cabeças/ano para capacidade de abate de 70,0 milhões), a redução da demanda externa (acrescida da imposição das barreiras sanitárias pela União Europeia, especialmente a rastreabilidade), principalmente da Rússia, e o desvio da produção para o mercado interno comprimiram os preços, a rentabilidade e o capital de giro da atividade.

Como resultado, o volume de abates caiu 20,0% entre outubro de 2008 e março de 2009, e vários frigoríficos tiveram que recorrer a solicitações de recuperação judicial. Conforme estimativas da Associação Brasileira de Exportadores de Carne (ABIEC) e da Associação Brasileira de Frigoríficos (ABRAFRIGO), as demissões na área teriam chegado a 100,0 mil pessoas desde o início da crise.

O caso mais emblemático foi o do grupo Independência, o terceiro maior do País, que fechou as unidades de Goiás e Mato Grosso do Sul, as quais, juntas, empregavam mais de 2,0 mil pessoas e respondiam por mais de 30,0% da capacidade de abate da companhia. Convém lembrar que a empresa atravessava um período de pronunciada expansão, tendo duplicado a capacidade em meio ano, com a compra de seis unidades de abate e processamento, recebido aporte de R\$ 250,0 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ainda estaria à espera de outros R\$ 200,0 milhões.

Em meados de abril de 2009, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a instituição de linha especial de crédito de R\$ 10,0 bilhões, a juros de 11,25% ao ano (a.a.), com prazo de dois anos e um de carência, destinada a operações de socorro e financiamento de capital de giro para frigoríficos, laticínios, cooperativas e indústrias de máquinas e implementos agrícolas.

O segmento sucroalcooleiro também promoveu a desaceleração de investimentos e o cancelamento de projetos, a ponto de ser contemplado com linha especial de crédito de R\$ 2,5 bilhões para a estocagem de etanol durante a safra, em uma espécie de reedição da política de estoques, praticada entre 2003 e 2006 pelo governo federal.

Por tudo isso, cálculos do Ministério da Agricultura apontam queda de 6,2% da receita do agronegócio e de 6,5% da produção agrícola no Brasil em 2009. As exportações caíram mais de 15,0%, e as vendas de máquinas e implementos agrícolas encolheram 44,0% no primeiro trimestre, conforme a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ).

Avaliações preliminares dão conta do esboço de uma tendência de recuperação das cotações das *commodities*, a partir do plano de estímulo econômico adotado na China. Tanto é assim que os preços médios já estariam acima dos patamares alcançados em 2007, ainda que abaixo dos de 2008, constituídos, na ocasião, em grande medida, pelo caráter ajustado da equação da oferta e da demanda, e pela migração dos aplicadores institucionais de papéis financeiros para os fundos de *commodities*, incitada pelo declínio dos juros nos EUA a partir de novembro de 2007.

No Paraná, a safra de grãos deve cair mais 15,0% em relação a de 2008, liderada por milho (-38,0%) e soja (-14,0%), configurando o pior desempenho em duas décadas. A estiagem deve provocar perdas de 5,2 milhões de toneladas (entre soja e milho) e de R\$ 2,6 bilhões em faturamento bruto.

Parece oportuno sublinhar que os elementos climáticos, o mercado e a macroeconomia conjuntural servem apenas para desnudar o perene eixo de restrições estruturais ao funcionamento do setor, encoberto nas fases de bonança, sintetizado na falta de atitudes oficiais voltadas ao longo prazo, traduzida no rápido afastamento do Estado de atividades econômicas de ciclo curto e maior volatilidade, na deterioração dos esquemas de financiamento e na preservação dos desgastados planos de safra.

Não se percebem posições mais incisivas para a eliminação dos obstáculos orçamentários ao rigoroso cumprimento da política de preços mínimos e à oferta de recursos creditícios preferenciais, visando à amenização da condição de reduzida capacidade de autofinanciamento dos produtores, pelo não-equacionamento do endividamento pretérito, agravado pela inadimplência pós-2004.

Também parecem ausentes das preocupações oficiais problemas como a ascensão dos custos logísticos, provocados principalmente pelo sucateamento físico e gerencial da malha de transportes; a insuficiente estrutura de estocagem; o *dumping* externo, praticado principalmente por EUA e União Europeia; a necessidade de profissionalização dos produtores; a instituição de um fundo de catástrofes; e a ampliação das exigibilidades dos depósitos à vista dos agentes financeiros (de 25,0% para 30,0%) e da poupança rural (de 65,0% para 70,0%).

São perceptíveis a falta de atenção com a introdução da negociação de contratos de derivativos na BM&F, integrada à Bovespa, para a cobertura de parcela dos custos da atividade; a regulamentação da lei de biossegurança e dos produtos transgênicos; a isenção de impostos incidentes sobre insumos e matérias-primas nas operações de *drawback* (importações para reexportação) e do imposto de renda sobre papéis agrícolas; e a desoneração do óleo *diesel*, cujo preço carrega 50,0% de impostos.

AGRICULTURA

Cocamar investe em geração de energia

Sediada em Maringá, região Norte Central do Estado, a Cocamar Cooperativa Industrial investiu R\$ 40 milhões em um complexo para a geração de energia. Prevê-se que o empreendimento gere 9,5 megawatts/hora, aproximadamente 70% da demanda total de eletricidade da cooperativa. O insumo básico utilizado no processo é o bagaço de cana-de-açúcar, a ser fornecido pelo Grupo Santa Terezinha. Em 2006, a Cocamar vendeu a esse grupo a usina São Tomé e abandonou o mercado de açúcar e álcool. Na época, as partes acordaram o fornecimento de bagaço para a geração de energia elétrica.

A Cocamar faturou R\$ 1,38 bilhão em 2008, crescimento de 25% em relação ao ano anterior. A cooperativa tem reduzido, nos últimos anos, sua atuação nos mercados de algodão e trigo e concentrado seus investimentos no recebimento e processamento de soja, milho, laranja e café. Como reflexo da estiagem do último bimestre de 2008, é esperada queda na quantidade de soja colhida por associados da Cocamar. No ano passado foram recebidas 700 mil toneladas do grão. Em relação à produção de milho, a expectativa é de que os cooperados colham 450 mil toneladas em 2009 – 35 mil toneladas a mais que no ano passado.

CRUZ, Patrick. De novo em expansão, Cocamar investe em cogeração de energia. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 mar. 2009. Empresas, p. B15.

Corol incrementa capacidade produtiva

A Corol Cooperativa Agroindustrial, sediada em Rolândia, região Norte Central do Paraná, investiu R\$ 30 milhões na construção de um moinho de trigo, a ser inaugurado em agosto. O projeto contempla a construção de uma fábrica de massas em um futuro próximo.

No início de abril, a cooperativa anunciou a intenção de começar a construir, no segundo semestre desse ano, um frigorífico para a industrialização de carne bovina. Orçado em R\$ 115 milhões, o complexo terá capacidade de abater 2 mil animais diariamente. A prefeitura local doou à Corol um terreno de 720 mil metros quadrados para a construção do frigorífico. O terreno se localiza ao lado da usina de açúcar e álcool da cooperativa, que recebeu investimentos de R\$ 62 milhões no ano passado para que sua capacidade de moagem fosse duplicada. A Corol planeja que a energia elétrica utilizada no frigorífico seja gerada nessa usina.

A Corol conta com, aproximadamente, 8 mil associados e faturou R\$ 753 milhões em 2008.

LIMA, Marli. Corol Beef pode começar a sair do papel. **Valor Econômico**, São Paulo, 3 abr. 2009. Empresas, p. B14.

Frigorífico Mercosul encerra atividades em Nova Londrina

O Frigorífico Mercosul fechou sua planta industrial no município de Nova Londrina, no Noroeste Paranaense. Aproximadamente 400 trabalhadores foram demitidos. Essa unidade operava com 90% de ociosidade na época do fechamento, o equivalente a 80 bois abatidos diariamente. O frigorífico fechou duas outras fábricas nos últimos meses, localizadas em Paiçandu (região Norte Central Paranaense) e Naviraí (MS).

A companhia justificou o fechamento das unidades com a afirmação de que a escassez de crédito exigiu melhor aproveitamento das instalações da empresa. O frigorífico, que faturou R\$ 1 bilhão em 2008, mantém em funcionamento quatro plantas no Rio Grande do Sul, uma em Goiás e uma em Mato Grosso.

LIMA, Marli. Mercosul quer reduzir ociosidade no PR. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 abr. 2009. Empresas, p. B12.

* Elaborado com informações disponíveis entre 1.º/03/2009 e 30/04/2009.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Coamo amplia estrutura e arrenda estrutura da Coagel

A Coamo Agroindustrial Cooperativa planeja investir R\$ 60 milhões, em 2009 e 2010, na expansão do processamento de grãos e na sua infraestrutura de distribuição. A cooperativa espera duplicar sua capacidade de esmagamento e refino de soja. Também pretende dobrar o volume de grãos de café torrefados. Os planos preveem incremento de 50% na sua frota de caminhões e obras de expansão de seu centro de distribuição.

No final do mês de abril, a Coamo arrendou a estrutura da Coagel Cooperativa Agroindustrial, sediada em Goioerê. A Coagel conta com 2.300 cooperados, preponderantemente produtores de soja e milho, que poderão associar-se à Coamo. Em 2008, a Coagel registrou receita de R\$ 142 milhões, mas não distribuiu sobras.

NASCIMENTO, Alexandre Costa. Cooperativas contratam e ampliam produção. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 abr. 2009. p. 23.

LIMA, Marli. Coamo arrenda estrutura da Coagel e avança no PR. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 abr. 2009. Empresas, p. B11.

COPACOL expande produção de embutidos

A Cooperativa Agrícola Consolata (COPACOL), sediada em Cafelândia, na região Oeste Paranaense, investiu R\$ 25 milhões para ampliar sua capacidade de produção de embutidos de carne de ave.

A avicultura responde por 60% do faturamento da COPACOL, atualmente em torno de R\$ 978 milhões anuais. O mercado externo demanda aproximadamente 45% da produção de carnes e derivados da cooperativa.

NASCIMENTO, Alexandre Costa. Cooperativas contratam e ampliam produção. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 abr. 2009. p. 23.

INDÚSTRIA

Novozymes produzirá etanol

A divisão brasileira da multinacional dinamarquesa Novozymes, instalada há 20 anos em Araucária (Região Metropolitana de Curitiba), receberá recursos do *Community Research and Development Information Service for Science, Research and Development* (CORDIS), organismo da União Europeia devotado à promoção de pesquisas científicas, para o desenvolvimento de nova geração de etanol combustível. Cada um dos centros de pesquisa participantes receberá 320 mil euros para realizar as pesquisas. A Novozymes planeja alocar esses recursos na construção de um novo laboratório. A companhia será encarregada de criar uma enzima que transforme o bagaço da cana-de-açúcar em álcool.

A Novozymes produz enzimas para indústrias têxteis, químicas e alimentícias. No ano passado, a receita das operações locais representou 7% do faturamento global da companhia.

JASPER, Fernando. O PR na corrida pelo novo etanol. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 mar. 2009. Economia, p. 7.

MIGUEL, Helio. Paraná produz bioetanol de segunda geração. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 3 mar. 2009. p. 9.

OKE instala fábrica em Piraquara

A multinacional alemã Osnabrücker Kunststoff-Erzeugnisse (OKE) instalará fábrica em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba. Estima-se que a companhia investirá 1,5 milhão de euros no projeto. A OKE produz perfis plásticos que recobrem a parte metálica de bancos de automóveis.

JASPER, Fernando. Contra a maré, alemãs desembarcam no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 mar. 2009. p. 25.

Multivac em Curitiba

A companhia de capital alemão Multivac instalou indústria de equipamentos para embalagem a vácuo em Curitiba. A empresa espera produzir 250 máquinas do gênero nessa planta até o final do ano. O equipamento é voltado, principalmente, para as indústrias alimentícia e farmacêutica.

JASPER, Fernando. Contra a maré, alemãs desembarcam no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 mar. 2009. p. 25.

Yoki diversifica produção

A indústria de alimentos Yoki investirá, ao longo de 2009, R\$ 5 milhões para incrementar sua linha de produtos. Sediada em Guaíra, região Oeste Paranaense, a empresa investirá R\$ 2 milhões na ampliação da produção de bebidas à base de soja. Os outros R\$ 3 milhões serão aplicados na diversificação das linhas de doces, sopas e salgadinhos da companhia. A indústria, controladora de diversas marcas de alimentos, pretende elevar a participação de produtos industrializados em sua receita.

O grupo Yoki faturou R\$ 820 milhões em 2008 e estima que seu faturamento em 2009 alcançará R\$ 920 milhões.

MADUREIRA, Daniele. Yoki reduz fatia dos produtos básicos e investe na marca Mais Vita. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 abr. 2009. Empresas, p. B6.

Herbarium fabricará medicamentos pediátricos

Estabelecido no município de Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba, o Herbarium Laboratório Botânico investiu R\$ 2,1 milhões para desenvolver dois medicamentos voltados ao mercado pediátrico. Os dois produtos são resultado de dois anos de pesquisa.

O laboratório, fundado há 24 anos, é o maior fabricante de produtos fitoterápicos do País e registrou, em 2008, faturamento de R\$ 68 milhões.

LIMA, Marli. Herbarium entra no segmento pediátrico. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 abr. 2009. Empresas, p. B6.

SERVIÇOS

Jetsul cria nova companhia aérea

O grupo JetSul, sediado em São José dos Pinhais, investiu 5 milhões de dólares na criação de uma companhia aérea especializada no transporte de cargas. A nova empresa, batizada RIO Linhas Aéreas, prestará serviços para empresas de logística e outras companhias aéreas dentro e fora do Brasil. Para iniciar suas operações, a empresa adquiriu aeronave com capacidade de transporte de 25 toneladas de carga – um Boeing financiado com recursos próprios.

NASCIMENTO, Alexandre Costa. Grupo paranaense cria companhia aérea de cargas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 abr. 2009. p. 23.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2009

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009 ⁽¹⁾	3 326	9 117	2 741	43 751	168 109	3 842	26 187	603 372	23 041

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009 ⁽¹⁾	87 320	93 409	1 070	628 363	53 697 178	85 456	44 450	160 225	3 605

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2009

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008	508 273	776 971	1 529	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191
2009 ⁽¹⁾	625 118	767 950	1 228	192 231	4 264 857	22 186	2 767 656	11 920 662	4 307

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	447	1 023	2 289	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009 ⁽¹⁾	418	960	2 297	4 069 255	9 573 015	2 353	1 170 507	3 094 019	2 643

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

... Dados não disponíveis.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2008

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Junho	200 858	23 431	39 267
1998	854 517	236 358	193 435	Julho	225 678	18 142	40 843
1999	957 237	198 873	229 466	Agosto	202 628	19 574	37 427
2000	1 041 412	181 113	235 315	Setembro	212 341	23 352	38 650
2001	1 121 828	197 985	263 451	Outubro	223 637	27 203	40 560
2002	1 235 681	219 350	333 951	Novembro	208 670	22 824	36 199
2003	1 344 398	219 774	359 139	Dezembro	194 980	28 057	39 768
2004	1 557 747	276 806	340 568				
2005	1 788 481	308 947	367 765				
2006	1 856 061	316 898	390 394				
2007	2 057 318	295 010	437 152				
2008 ⁽¹⁾	2 455 457	279 609	454 340				
Janeiro	207 622	23 875	36 983				
Fevereiro	185 110	21 375	33 944				
Março	193 812	20 218	34 780				
Abril	199 771	24 939	37 634				
Mai	200 351	26 619	38 286				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-MAR 2009

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
			US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534
2005	3 297 487	32,90	993 480	9,91	5 597 653	55,85	134 049	1,31	10 022 669
2006	2 930 533	29,30	1 146 908	11,47	5 742 323	57,41	182 177	1,82	10 001 941
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008 ⁽¹⁾	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 591	49,46	307 620	2,02	15 247 237
2009 ⁽¹⁾	923 321	41,99	228 645	10,40	1 013 393	46,09	33 549	1,52	2 198 908
Janeiro	280 167	37,52	129 165	17,30	327 767	43,90	9 563	1,28	746 662
Fevereiro	235 141	39,42	36 849	6,18	313 397	52,53	11 161	1,87	596 549
Março	408 013	47,68	62 630	7,32	372 229	43,50	12 825	1,50	855 697

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-MAR 2009

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008 ⁽¹⁾	15 247 237	14 570 362	676 874	197 942 443	173 196 634	24 745 809
Janeiro	1 022 941	803 112	219 829	13 276 884	12 334 133	942 751
Fevereiro	974 475	1 092 216	-117 741	12 799 920	11 919 588	880 331
Março	1 102 108	851 965	250 143	12 612 775	11 600 581	1 012 194
Abril	1 188 507	631 861	556 646	14 058 430	12 313 260	1 745 171
Maio	1 871 670	1 839 228	32 442	19 303 363	15 228 545	4 074 818
Junho	1 487 237	1 380 759	106 477	18 593 307	15 874 848	2 718 459
Julho	1 806 000	1 668 672	137 329	20 451 410	17 148 659	3 302 751
Agosto	1 373 400	1 365 898	7 502	19 746 867	17 472 187	2 274 680
Setembro	1 359 051	1 353 411	5 640	20 017 208	17 262 870	2 754 337
Outubro	1 215 134	1 577 236	-362 102	18 512 308	17 305 138	1 207 169
Novembro	868 686	970 847	-102 161	14 752 573	13 140 212	1 612 361
Dezembro	979 262	1 035 165	-55 903	13 817 398	11 516 629	2 300 769
2009 ⁽¹⁾	2 198 908	1 807 485	391 423	31 177 551	28 167 292	3 010 259
Janeiro	746 662	579 802	166 860	9 781 920	10 308 724	-523 804
Fevereiro	596 549	556 840	39 709	9 586 406	7 820 883	1 765 522
Março	855 697	670 844	184 854	11 809 225	10 037 685	1 771 541

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-FEV 2009

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)											
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Jan./08	Fev./08	Mar./08
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	87,15	89,35	76,56	81,56	88,22
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	117,21	121,61	118,39	112,34	131,79
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	116,19	120,35	117,68	111,40	130,69
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	112,28	117,36	113,12	85,23	99,63
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	178,86	196,48	202,10	157,89	181,37
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	124,58	131,60	149,73	133,32	123,26	142,56
Livros, jornais, revistas e papelaria	100,00	86,81	86,80	83,57	87,13	99,02	114,83	118,99	107,01
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	263,35	338,15	630,14	425,62	324,40	358,38
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	151,90	165,88	195,16	167,21	141,05	185,60
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	121,49	129,84	123,75	112,01	129,92

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)											
	Abr./08	Mai/08	Jun./08	Jul./08	Ago./08	Set./08	Out./08	Nov./08	Dez./08	2009	Jan./09	Fev./09
Combustíveis e lubrificantes	86,35	91,23	97,78	94,77	101,59	101,01	88,57	81,49	83,10	85,46	85,46	82,77
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	119,37	116,07	110,01	113,27	119,88	116,97	124,19	122,16	154,87	120,57	120,57	111,93
Hipermercados e supermercados	118,11	114,48	108,78	111,90	118,53	115,45	122,77	120,83	153,54	119,31	119,31	110,69
Tecidos, vestuário e calçados	128,54	133,14	114,23	111,10	112,42	113,61	103,49	100,90	192,86	109,25	109,25	80,52
Móveis e eletrodomésticos	175,80	208,00	183,11	198,97	197,05	189,80	203,93	190,79	268,94	198,41	198,41	153,95
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	131,88	150,59	143,68	157,74	152,41	152,40	154,45	158,46	196,02	156,00	156,00	150,76
Livros, jornais, revistas e papelaria	82,86	81,47	91,84	97,00	107,56	101,66	70,84	68,23	145,89	142,86	142,86	116,74
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	407,68	397,94	440,81	483,56	1034,15	1014,53	899,24	845,84	929,57	838,04	838,04	913,84
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	161,48	197,39	181,24	184,92	194,37	182,48	204,62	197,20	344,35	194,41	194,41	169,26
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	123,82	129,10	121,10	125,41	132,34	129,42	131,80	128,03	171,38	129,67	129,67	115,75

FONTES: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-FEV 2009

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	111,4
Minerais não-metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																
	2008	Jan./08	Fev./08	Mar./08	Abr./08	Mai./08	Jun./08	Jul./08	Ago./08	Set./08	Out./08	Nov./08	Dez./08	2009	Jan./09	Fev./09	
Indústria de transformação	134,3	125,3	118,9	130,8	133,6	142,5	137,9	146,7	139,3	145,0	150,3	132,9	109,3	117,7	114,7	120,6	
Alimentos	112,8	94,9	78,8	103,8	111,5	125,3	123,2	137,8	123,4	124,3	122,5	114,3	94,2	78,9	73,4	84,4	
Bebidas	122,0	114,0	102,1	120,1	109,3	105,1	102,4	103,8	123,2	125,6	141,2	143,8	174,0	120,3	124,9	115,6	
Madeira	94,1	103,3	101,7	104,8	92,6	92,2	90,6	97,5	94,3	90,5	96,6	80,4	84,7	68,5	68,9	68,1	
Celulose, papel e produtos de papel	133,2	131,9	123,1	131,3	133,5	135,1	136,9	142,5	119,6	139,0	136,4	139,6	129,7	127,7	127,9	127,5	
Edição, impressão e reprodução de gravações	239,7	229,5	210,7	203,9	227,2	351,7	204,0	211,5	214,9	287,3	235,9	223,1	276,1	558,6	517,7	599,4	
Refino de petróleo e álcool	100,6	91,2	89,1	94,5	99,4	108,6	106,6	112,6	88,0	103,2	105,8	105,6	103,8	82,1	82,4	81,7	
Outros produtos químicos	64,6	78,4	66,2	51,7	68,0	56,2	86,2	82,6	56,0	74,6	70,1	40,3	44,3	75,8	72,4	79,1	
Borracha e plástico	123,9	117,4	110,6	119,2	124,0	129,5	122,6	133,8	134,5	136,7	137,4	122,0	99,6	114,3	120,1	108,4	
Minerais não-metálicos	120,3	100,6	106,9	111,8	112,0	119,2	120,1	132,3	134,2	129,7	132,5	121,9	122,7	110,0	111,2	108,8	
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	114,3	98,0	96,6	105,5	117,0	118,1	121,3	127,8	122,9	123,7	128,3	119,1	93,5	89,9	97,4	82,3	
Máquinas e equipamentos	161,2	161,5	158,1	170,4	165,2	172,8	170,1	142,4	165,7	165,9	186,7	158,9	117,1	120,6	129,5	111,7	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	132,7	150,1	136,1	129,1	117,9	123,1	143,3	145,8	130,6	141,1	143,0	117,5	114,8	104,2	109,9	98,4	
Veículos automotores	275,0	245,3	260,0	297,0	287,1	265,9	272,4	315,7	323,1	299,4	354,8	274,4	105,0	144,9	132,9	156,9	
Mobiliário	93,3	90,6	81,7	81,4	81,7	90,7	91,6	101,2	105,9	100,9	103,7	96,9	93,0	62,6	63,2	62,0	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

(2) Índice sem ajuste sazonal.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-FEV 2009

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)											
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Jan./08	Fev./08	Mar./08	Abr./08
Indústria geral	99,9	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,0	109,4	109,9	110,2	110,8
Indústrias extrativas	99,0	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	75,4	75,9	75,8
Indústria de transformação	99,9	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,5	109,8	110,4	110,6	111,2
Alimentos e bebidas	103,9	112,9	124,0	130,2	145,8	148,5	156,6	161,2	161,4	160,2	160,9	161,6
Fumo	160,7	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,9	129,1	160,9	229,3	230,5
Têxtil	103,9	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	84,8	88,5	88,2	87,7
Vestuário	99,1	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,1	116,5	119,3	117,9	119,3
Calçados e couro	102,3	94,2	84,9	77,5	87,3	100,3	104,4	100,2	96,6	98,7	100,2	104,5
Madeira	88,5	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	50,4	50,2	49,7	48,7
Papel e gráfica	99,8	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,1	124,0	124,4	123,5	123,9
Refino de petróleo e combustíveis	130,3	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	259,3	159,3	168,6	212,1	260,8
Produtos químicos	97,9	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,7	110,9	111,7	111,9	112,0
Borracha e plástico	99,1	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,3	88,0	89,6	90,1	90,0
Minerais não-metálicos	104,0	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,3	133,5	132,0	134,2	134,0
Metalurgia básica	109,3	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	72,0	70,1	71,2	70,7
Produtos de metal ⁽¹⁾	101,0	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	101,3	98,3	97,3	95,8	97,0
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	100,7	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	153,1	158,9	160,5	159,6
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	104,8	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,2	96,6	98,1	99,7	101,8
Fabricação de meios de transporte	97,0	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,7	147,4	147,9	150,3	149,4
Fabricação de outros produtos	99,1	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	68,7	67,3	64,4	63,8

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)											
	Mai/08	Jun./08	Jul./08	Ago./08	Set./08	Out./08	Nov./08	Dez./08	2009	Jan./09	Fev./09	
Indústria geral	110,4	110,7	111,1	111,5	111,0	110,9	109,1	105,4	104,1	104,6	103,6	
Indústrias extrativas	75,9	75,4	74,7	74,8	76,5	76,8	77,6	76,8	73,6	76,3	70,9	
Indústria de transformação	110,8	111,1	111,6	111,9	111,5	111,3	109,5	105,8	104,5	105,0	104,0	
Alimentos e bebidas	160,5	160,4	162,6	160,9	162,9	163,9	162,4	156,4	156,0	156,5	155,4	
Fumo	220,0	166,4	106,5	104,5	103,7	101,2	102,0	108,3	224,4	170,8	277,9	
Têxtil	85,9	85,5	85,0	86,0	85,5	81,4	79,3	77,1	77,1	77,3	76,8	
Vestuário	117,1	116,5	114,2	116,3	116,6	114,6	103,4	97,1	97,0	96,6	97,4	
Calçados e couro	102,5	102,4	106,9	111,5	106,9	98,9	88,2	84,8	84,1	84,2	84,0	
Madeira	48,2	47,1	44,2	43,4	42,7	41,7	41,1	38,7	37,9	38,3	37,4	
Papel e gráfica	123,75	123,9	123,9	127,4	126,4	127,9	127,8	124,1	122,6	124,5	120,6	
Refino de petróleo e combustíveis	273,0	292,8	295,4	293,0	292,7	293,3	291,1	279,4	233,8	240,8	226,8	
Produtos químicos	113,1	112,1	114,8	115,1	89,1	87,2	89,5	88,5	88,1	88,2	88,0	
Borracha e plástico	90,7	94,7	93,9	94,4	95,4	95,3	93,9	91,6	89,5	90,5	88,4	
Minerais não-metálicos	137,4	133,2	136,6	135,6	132,6	134,1	134,6	133,7	132,5	134,0	131,0	
Metalurgia básica	71,3	72,1	71,1	72,8	73,4	73,7	74,1	73,4	72,8	72,1	73,4	
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,7	100,0	103,6	105,5	105,1	104,9	107,1	104,8	107,8	107,3	108,3	
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	160,1	163,0	165,6	166,0	165,8	166,4	163,5	155,3	152,0	152,8	151,2	
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	105,2	105,6	107,4	107,6	110,9	110,5	109,9	108,9	107,4	108,0	106,8	
Fabricação de meios de transporte	151,3	151,9	152,0	150,0	155,0	155,6	150,7	146,5	144,2	144,8	143,6	
Fabricação de outros produtos	61,0	60,5	62,1	63,7	65,2	66,6	67,8	65,5	63,8	64,5	63,1	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-MAR 2009

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
Janeiro	6 271	2 521	928	2 973	-376	-	12 317
Fevereiro	4 606	1 658	2 389	5 895	182	-	14 730
Março	9 166	809	3 402	6 973	4 735	-	25 085
Abril	9 961	1 647	4 015	5 645	5 079	-	26 347
Mai	5 167	3 095	3 015	4 541	921	-	16 739
Junho	4 141	1 784	3 386	3 225	1 408	-	13 944
Julho	3 700	2 722	2 298	4 546	369	-	13 635
Agosto	3 474	1 831	3 998	5 264	128	-	14 695
Setembro	6 264	1 623	4 454	4 594	469	-	17 404
Outubro	387	380	3 276	1 603	355	-	6 001
Novembro	-4 974	-747	4 690	1 236	-377	-	-172
Dezembro	-25 398	-3 610	-2 784	-11 217	-6 813	-	-49 822
2009	437	2 114	170	11 711	496	-	14 928
Janeiro	-638	1 631	-912	2 456	-945	-	1 592
Fevereiro	-1 883	55	-109	5 994	-1 563	-	2 494
Março	2 958	428	1 191	3 261	3 004	-	10 842

FONTE: CAGED - MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2008

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Varição Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Varição Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,48	1 699 948	1,1
2004	122 434	4,94	1 941 498	5,7
2005	126 677	-0,10	2 147 239	3,2
2006	136 681	1,40	2 369 797	3,8
2007 ⁽³⁾	150 712	6,0	2 597 611	5,7
2008 ⁽³⁾	167 777	5,8	2 889 719	5,1

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IPARDES para o Paraná.

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347
Internet: <http://www.ipardes.gov.br> E-mail: ipardes@ipardes.gov.br